

REDAÇÃO

A partir do tema abaixo, redija um **texto dissertativo**, entre **15 a 20 linhas**, em linguagem culta, de modo a expressar com clareza os argumentos apresentados em defesa de sua posição. As perguntas apresentadas têm somente a intenção motivadora: você pode traçar um novo roteiro para a discussão do tema, mostrando novos problemas e soluções.

O que fazer com as favelas? Urbanizá-las ou acabar com elas, desmontando-as e transferindo-as de lugar? O que é melhor para os favelados e para os demais cidadãos? As favelas são, de fato, locais de moradia de trabalhadores ou abrigos de bandidos? A culpa da violência urbana está nas favelas? Qual será o futuro da cidade do Rio de Janeiro, com tantos morros ainda por serem ocupados?

PORTUGUÊS

Sociedade doente, Estado omissivo

[...] Sim, somos uma sociedade estruturalmente violenta, apesar do mito da **nação cordial**. Tivemos origem numa colonização violenta, passamos pela escravidão. Hoje, desrespeitam-se os direitos humanos a toda hora; aceita-se a agressão como padrão de reação à frustração nos programas televisivos infantis; convive-se com os preconceitos; grassa a corrupção em alguns escalões administrativos; priorizam-se o lucro e o consumo, em detrimento dos valores humanos.

E o que é a escola senão o ponto de encontro dessas tensões da sociedade? Espaço de formação, mas também de reprodução e explicitação de conflitos, muito especialmente em regiões onde a praça de convivência é, quase exclusivamente, a escola. Pesquisa recente no Rio de Janeiro, patrocinada pela Unesco, mostra que, para os jovens, é muito mais „criminoso” lesar o patrimônio do que agredir o ser humano. Somente 25% dos entrevistados acharam „muito grave” humilhar homossexuais, prostitutas, travestis. Daí a colocar fogo em índio é um passo... mas, para a maioria, pichar muros é falta grave.

Assustam os dados de que 21% dos mais ricos e 12% dos mais pobres acham que a ditadura é a melhor solução. Além disso, 36,6% dos mais pobres e 26,3% dos mais ricos não sabem dizer se a democracia é melhor.

Essa pesquisa mostrou o desencanto dos jovens com a política e os políticos e a valorização da família, das igrejas e da televisão como espaços de formação. E daí? Como enfrentar essas questões? Para onde estão indo nossos jovens? Quais as suas expectativas?

(Patrícia Reis – fragmento)

01. „Sim, somos uma sociedade estruturalmente violenta, apesar do mito da **nação cordial**. O comentário **incorreto** sobre os elementos componentes desse segmento do texto é:
- A) o emprego de aspas simples em **nação cordial** mostra que se trata de uma alusão a um outro texto
- B) o vocábulo **mito** mostra uma discordância em relação à classificação de „nação cordial”
- C) o **sim** inicial significa concordância com uma opinião alheia ou generalizada
- D) os termos **violenta** e **cordial** apresentam uma oposição semântica
- E) a forma verbal **somos** indica como sujeito o autor e o leitor
02. Mostram estrutura sintática idêntica as seguintes construções do texto:
- A) „...aceita-se a agressão...” / „...convive-se com os preconceitos...”
- B) „...desrespeitam-se os direitos humanos...” / „...aceita-se a agressão...”
- C) „...convive-se com os preconceitos...” / „...priorizam-se o lucro e o consumo...”
- D) „...priorizam-se o lucro e o consumo...” / „...grassa a corrupção em alguns escalões...”
- E) „...grassa a corrupção em alguns escalões...” / „...desrespeitam-se os direitos humanos...”
03. „...priorizam-se o lucro e o consumo...” é uma frase com dupla possibilidade de concordância. O mesmo ocorre em:
- A) A morte de mendigos causa espanto.
- B) João ou Pedro será eleito representante.
- C) Muitos aspectos da escola foram debatidos.
- D) 1% dos entrevistados achou grave a situação.
- E) A pesquisa dos acidentes mostrou a gravidade da situação.

04. O vocábulo destacado apresenta, no contexto, seu significado de forma correta na seguinte alternativa:
- A) „...**grassa** a corrupção...% = **arrasta-se**
- B) „Quais as suas **expectativas**?% = **pretensões**
- C) „...apesar do **mito** da **Ânação cordial**%, = **história**
- D) „...ponto de encontro dessas **tensões** da sociedade?% = **crises**
- E) „...é muito mais **Âcriminoso**%, **lesar** o patrimônio...% = **ferir**
05. O título do texto alude a uma sociedade „doente%o, o que só **não** aparece explicitamente indicado em:
- A) „...aceita-se a agressão...%o
- B) „...convive-se com os preconceitos...%o
- C) „...priorizam-se o lucro e o consumo...%o
- D) „...a violência nas escolas foi debatida...%o
- E) „...desrespeitam-se os direitos humanos...%o
06. A pergunta do texto que já contém a resposta nela mesma é:
- A) „E daí?%o (linha 29)
- B) „Quais as suas expectativas?%o (linha 30)
- C) „Como enfrentar essas questões?%o (linha 29)
- D) „Para onde estão indo nossos jovens?%o (linha 29-30)
- E) „E o que é a escola senão o ponto de encontro dessas tensões da sociedade?%o (linha 10-11)
07. Fatos como os indicados pela pesquisa de que „é muito mais **Âcriminoso**%, **lesar** o patrimônio do que **agredir** o ser humano%o e „**pichar** o muro é **falta grave**%o mostram:
- A) priorização dos valores materiais
- B) desconsideração pelo espiritual
- C) valorização dos excluídos
- D) falta de consciência cívica
- E) presença de preconceitos
08. O comentário em **desacordo** com o que está expresso no texto é:
- A) as opiniões políticas dos jovens pesquisados revelam despreparo
- B) o autoritarismo ainda é visto como solução por boa parte dos jovens
- C) a pesquisa da Unesco conseguiu realizar plenamente seus objetivos
- D) a imagem do jovem na pesquisa se opõe à de um cidadão consciente
- E) a autora revela decepção diante dos dados levantados pela pesquisa da Unesco

DIREITO ADMINISTRATIVO

09. Durante operação da fiscalização municipal para verificação do comércio ambulante regular, são apreendidas, de um ambulante, mercadorias que estavam sendo alienadas em desacordo com a autorização do Poder Público. Em seguida, é preenchido auto de infração, com estipulação de multa, sem a identificação individual das referidas mercadorias. Nesta hipótese, deixou de ser cumprida a seguinte condição de validade do ato de polícia administrativa:
- A) forma
- B) sujeito
- C) finalidade
- D) proporcionalidade da sanção
- E) legalidade dos meios empregados
10. Quanto à função vontade, os atos administrativos praticados pelo Poder Público podem ser classificados como:
- A) simples
- B) de gestão
- C) individuais
- D) enunciativos
- E) propriamente ditos
11. A convalidação do ato administrativo é tida como possível pela doutrina quando realizada quanto ao seguinte elemento e sua respectiva condição:
- A) sujeito · competência não exclusiva
- B) forma · cumprimento da essencialidade
- C) motivo · teoria dos motivos determinantes
- D) objeto ilegal · atendimento do princípio da economicidade
- E) finalidade · atendimento do interesse público posteriormente
12. A nomeação do Procurador Geral da República, que depende de prévia aprovação pelo Senado Federal, é exemplo de ato administrativo classificado como:
- A) geral
- B) simples
- C) pendente
- D) composto
- E) complexo

13. Uma empresa recebe do Poder Público municipal alvará para veiculação de publicidade em área privada, onde pretende colocar painel distanciado 300 metros da subida de um viaduto. No curso da exploração publicitária, sobrevém lei municipal alterando o regime de veiculação de publicidade, passando a proibir a colocação de painéis, avisos luminosos ou cartazes numa distância de 500 metros de subida de viadutos. Nesse caso, o alvará concedido deve ser desfeito por:

- A) cassação
- B) anulação
- C) revogação
- D) caducidade
- E) contraposição

14. Um servidor público federal, que ingressou nos quadros da administração direta por concurso público, em 1999, pode requerer a sua aposentadoria, uma vez preenchidos todos os demais requisitos, com a idade mínima de:

- A) 53 anos
- B) 55 anos
- C) 60 anos
- D) 65 anos
- E) 70 anos

15. A expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal é classificada pela lei como:

- A) faculdade legal
- B) dever funcional
- C) direito potestativo
- D) garantia condicionada
- E) prerrogativa de função

16. O afastamento preventivo de servidor público federal, que pretendia influir na apuração da irregularidade, tem computada a prorrogação, o seguinte prazo máximo, em dias, e peculiaridade quanto à remuneração:

- A) 60 - com prejuízo
- B) 90 - com prejuízo
- C) 120 - sem prejuízo
- D) 180 - com prejuízo
- E) 240 - sem prejuízo

DIREITO CONSTITUCIONAL

17. A partir de 1988, o princípio que **não** mais constitui núcleo imodificável é o:

- A) federativo
- B) republicano
- C) do pluralismo político
- D) da independência entre os poderes
- E) da livre manifestação do pensamento

18. É competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre:

- A) seguridade social
- B) juntas comerciais
- C) sistema cartográfico
- D) sistema de consórcios
- E) propaganda comercial

19. Os Estados, por ordem constitucional, têm competência exclusiva para cuidar da seguinte matéria em seu território:

- A) implantação de política de educação para a segurança do trânsito
- B) fiscalização das concessões de pesquisa de recursos hídricos
- C) exploração dos serviços locais de gás canalizado
- D) autorização para o comércio de material bélico
- E) fomento da produção agropecuária

20. Se houver mais de um regime próprio de previdência social para servidores públicos, pode-se afirmar que está vedado para os titulares de:

- A) empregos nas concessionárias de serviços públicos
- B) cargos comissionados
- C) empregos públicos
- D) mandatos políticos
- E) cargos efetivos

21. **Não** são da iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre:

- A) matéria tributária
- B) organização judiciária
- C) normas gerais de licitação
- D) pessoal da administração dos Territórios
- E) organização do Ministério Público da União

22. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é facultado à União instituir impostos sobre:
- A) serviços das empresas públicas
 - B) serviços dos estabelecimentos de ensino
 - C) patrimônio das sociedades de economia mista
 - D) renda das concessionárias de serviços públicos
 - E) renda das entidades sindicais dos trabalhadores
23. As medidas provisórias, por sua natureza, exigem o seguinte procedimento declinado no texto constitucional, para serem consideradas válidas:
- A) votação única pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, após parecer das comissões permanentes
 - B) emissão de parecer da comissão mista antes de apreciação, em sessão separada, pela Câmara e pelo Senado
 - C) apreciação em até sessenta dias contados de sua publicação, sob pena de conversão em lei, caso não votadas pelo Congresso
 - D) prorrogação por uma única vez em igual período no prazo de 45 dias de sua publicação, se não encerrada sua votação no Congresso
 - E) reedição de seu texto, na mesma sessão legislativa, por perda de eficácia em razão de decurso de prazo, sem aprovação ou rejeição pelo Congresso
24. Sobre o processo de votação de leis de matéria orçamentária, pode-se dizer que a Constituição se comporta, quanto à rejeição das propostas legislativas, da seguinte forma:
- A) não a admite quanto ao projeto de lei orçamentária anual e nem quanto ao projeto de lei do plano plurianual
 - B) a admite quanto ao projeto de lei do plano plurianual e também quanto ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias
 - C) a admite quanto ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, mas não a admite quanto ao projeto de lei do plano plurianual
 - D) a admite quanto ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, mas não a admite quanto ao projeto de lei orçamentária anual
 - E) não a admite quanto ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, mas a admite quanto ao projeto de lei orçamentária anual

DIREITO DO TRABALHO

25. Um empregado de empresa de financiamento trabalha no posto de atendimento recepcionando os interessados. Considerando a natureza de sua contratação, a alternativa que indica a carga horária diária e o adicional mínimo pelas horas extras é:
- A) seis horas - 1/3 pelas horas extras
 - B) seis horas - 50% pelas horas extras
 - C) sete horas - 1/3 pelas horas extras
 - D) oito horas - 40% pelas horas extras
 - E) oito horas - 50% pelas horas extras
26. A jornada de trabalho dos vigias é classificada como:
- A) a tempo parcial
 - B) descontínua
 - C) intermitente
 - D) ilimitada
 - E) contínua
27. Um empregado de uma indústria, de 17 anos de idade, por necessidade imperiosa, está tendo a duração do trabalho excedida do limite legal, causada por motivo de força maior, independentemente do exigido em contrato coletivo. Em inspeção da fiscalização do trabalho, o fiscal deverá ter a seguinte atitude:
- A) inadmitir as horas extras por se tratar de menor de idade
 - B) admitir as horas extras, a serem remuneradas, no mínimo, em 60%
 - C) admitir as horas extras, a serem remuneradas, no mínimo, em 80%
 - D) admitir as horas extras desde que não ultrapassem 12 horas diárias
 - E) declarar rescindido o contrato de trabalho diante do ilícito trabalhista
28. Um tosador de cães, após completar um ano no seu emprego na Pet Shop, requer o gozo de férias anuais. Verificada sua assiduidade no emprego, o empregador constata que o tosador havia faltado oito vezes durante o período aquisitivo, o que lhe conferia, de férias, o seguinte número de dias corridos:
- A) 30
 - B) 24
 - C) 22
 - D) 18
 - E) 12

29. Considere uma mecanógrafa da empresa gráfica X. A alternativa que indica o intervalo de sua intrajornada e o período de trabalho em que ele ocorre é:
- 20 minutos - após 180 de trabalho
 - 15 minutos - após 90 de trabalho
 - 15 minutos - após 120 de trabalho
 - 10 minutos - após 60 de trabalho
 - 10 minutos - após 90 de trabalho
30. Certo empregado, cabineiro de elevadores, celebrou contrato de trabalho com um condomínio, admitindo a prorrogação de até três horas em sua jornada de trabalho diária. A caracterização desta prorrogação na referida atividade profissional e a respectiva razão estão indicadas em:
- válida · é permitida a prorrogação de, no máximo, quatro horas na jornada diária
 - inválida · é permitida a prorrogação de, no máximo, duas horas na jornada diária
 - válida · é permitida a prorrogação de, no máximo, três horas na jornada diária
 - inválida · não é permitida a fixação de prorrogação de horas na jornada diária
 - válida · é permitida a livre fixação de prorrogação de horas na jornada diária
31. O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar não constituirá motivo para alteração do contrato de trabalho por parte do empregador. Mas, para que o empregado tenha direito a voltar a exercer o cargo do qual se afastou, é indispensável que a forma de notificação e o seu prazo máximo, em dias contados a partir da data em que se verificou a baixa, sejam:
- telegrama - 30 dias
 - carta registrada - 15 dias
 - ofício do Ministério do Exército - 20 dias
 - citação do Ministério Público do Trabalho - 15 dias
 - aviso do sindicato profissional a que for filiado - 20 dias
32. O eletricitário, pela natureza da prestação diária de seu trabalho, tem direito à percepção do seguinte percentual de adicional de periculosidade e respectiva base de cálculo:
- 40% - salário contratual, incluído o adicional de horas extras
 - 20% - totalidade das parcelas de natureza salarial
 - 30% - totalidade das parcelas de natureza salarial
 - 30% - salário contratual, excluídos os adicionais
 - 40% - salário contratual, excluídos os adicionais
- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**
33. Menor de 17 anos foi contratado para trabalhar em empresa sediada no Rio de Janeiro e, por consequência, precisava sair da casa de seus pais, em Montes Claros · MG, para morar com seu tio por parte de pai e com seu irmão mais velho, em Copacabana. Na hipótese de propositura de ação trabalhista, considerando a peculiaridade da situação do menor, será considerada como parte legítima para representá-lo em juízo:
- A Procuradoria da Justiça do Trabalho
 - um curador à lide
 - seu irmão
 - seu tio
 - seu pai
34. O Tribunal Pleno tem competência, especialmente, de processar, conciliar e julgar originariamente os:
- dissídios coletivos
 - agravos de petição
 - recursos ordinários previstos no art. 895, alínea „a”, da CLT
 - recursos interpostos das decisões das Juntas na imposição de multas
 - agravos de instrumento de decisões denegatórias de recursos de sua alçada
35. A medida liminar concedida em mandado de segurança terá eficácia pelo prazo, em dias, de:
- 120
 - 90
 - 60
 - 45
 - 30

36. A competência originária do Tribunal Pleno do TRT de processar e julgar Mandado de Segurança diz respeito aos impetrados contra:
- A) ato do Ministério Público do Trabalho
 - B) quaisquer espécies de mandados de segurança
 - C) atos abusivos e ilegais de autoridades de outros tribunais
 - D) atos abusivos e ilegais de autoridades públicas praticados contra empregado público
 - E) aos mandados de segurança impetrados contra as autoridades judiciárias da Justiça do Trabalho
37. Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo **não** se fará citação na seguinte condição:
- A) no endereço residencial do Reclamado
 - B) no local de trabalho do Reclamado
 - C) por via postal
 - D) por edital
 - E) pessoal
38. A representação para instaurar a instância em dissídio coletivo constitui, a princípio, a prerrogativa conferida:
- A) à associação sindical
 - B) ao Presidente do Tribunal
 - C) ao Ministério Público estadual
 - D) à Procuradoria da Justiça do Trabalho
 - E) ao advogado de um dos empregados
39. Compete à comissão de regimento interno, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, quando consultada pelo Presidente, opinar em processo administrativo que envolva matéria regimental. O prazo indicado, no regimento interno, para resposta é de:
- A) 10 dias
 - B) 15 dias
 - C) 20 dias
 - D) 30 dias
 - E) 45 dias

40. Do despacho do relator que indeferir a petição de ação rescisória cabe o seguinte recurso:
- A) embargo de declaração
 - B) agravo de instrumento
 - C) agravo de petição
 - D) agravo regimental
 - E) recurso de revista

DIREITO CIVIL

41. São considerados absolutamente incapazes, pelo Código Civil brasileiro, aqueles que:
- A) não puderem exprimir sua vontade por causa transitória
 - B) são pródigos, por dilapidação de todo o patrimônio adquirido
 - C) se apresentam ébrios habitualmente, com discernimento reduzido
 - D) são reconhecidos como viciados em tóxicos, com discernimento reduzido
 - E) se caracterizam como excepcionais, sem desenvolvimento mental completo
42. Até a tradição, pertence ao devedor a coisa com seus melhoramentos, pelos quais o devedor poderá exigir:
- A) extensão no prazo
 - B) divisão dos frutos
 - C) aumento no preço
 - D) redução da obrigação
 - E) substituição de objeto
43. Argüir a prescrição da pretensão deduzida pela parte contrária consiste em faculdade privativa da parte a quem a prescrição aproveita. O juiz, entretanto, pode decretá-la de ofício se o favorecido for:
- A) falido
 - B) a União
 - C) o Estado
 - D) o Ministério Público
 - E) absolutamente incapaz
44. A pretensão dos serventuários judiciais, árbitros e peritos prescreve no seguinte tempo:
- A) um ano
 - B) dois anos
 - C) três anos
 - D) quatro anos
 - E) cinco anos

45. Nas obrigações de fazer, havendo recusa por parte do devedor, poderá o credor adotar o seguinte procedimento:
- executar judicialmente o devedor para o cumprimento da obrigação e entrega de coisa incerta
 - exigir o pagamento de indenização fixada por lei no dobro do valor da obrigação
 - aplicar o cumprimento de outra obrigação de fazer, além da indenização devida
 - mandar terceiro executar a obrigação à custa do devedor, além de indenização
 - cumular a obrigação de fazer com outra de dar coisa certa
46. Um fazendeiro pretendendo ampliar a capacidade para reprodução de gado de raça de sua fazenda, adquire um lote de 50 novilhas especiais, descrevendo a sua necessidade. No processo de inseminação artificial, o fazendeiro descobre que 10 novilhas eram estéreis e que o vendedor sabia disso, pois havia tentado inseminá-las meses antes, utilizando o mesmo processo e o mesmo veterinário. Diante disso, a lei civil assegura ao fazendeiro a seguinte medida, em contrapartida:
- rejeitar o lote todo, além do reembolso das despesas
 - rejeitar as 10 novilhas, além do reembolso das despesas
 - reaver o preço pago pelo lote todo, além das perdas e danos
 - reaver o preço pago pelas 10 novilhas, além das perdas e danos
 - reclamar abatimento no preço do lote todo, além de lucros cessantes
47. É lícita a compra e venda realizada entre as seguintes pessoas e respectivos bens:
- cônjuges - excluídos da comunhão
 - leiloeiros e seus prepostos - objetos de leilão
 - tutor e tutelado - confiados à sua administração
 - curador e curatelado - bens confiados à sua administração
 - testamenteiros e herdeiros - confiados à sua guarda ou administração
48. A troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem o consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, tem validade caracterizada como:
- lícita
 - eficaz
 - anulável
 - vedada por lei
 - condicionada a vontade
49. Considere um contrato de comodato sem fixação de prazo. Pela lei civil brasileira, sua duração é definida da seguinte forma:
- por quinze anos, sem direito a prorrogação
 - por cinco anos, prorrogável por igual período
 - enquanto for necessário para o uso concedido
 - por tempo indeterminado até notificação do comodatário
 - pelo prazo estabelecido por árbitro escolhido pelos contratantes
50. De maneira geral, o contrato de mandato confere ao mandatário poderes para:
- alienar
 - transigir
 - hipotecar
 - administrar
 - dar quitação

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo, salvo para:
- proteger direito difuso
 - defender relevante interesse público
 - evitar prescrição com ajuizamento de ação
 - representar interesse de cidadão em ação popular
 - atuar em defesa de direito de menor absolutamente incapaz
52. É hipótese de competência em razão da matéria, prevista pela lei processual brasileira, a ação concernente a:
- inventário
 - direito real
 - reparação de dano
 - separação dos cônjuges
 - capacidade das pessoas

53. A petição inicial deve preencher alguns requisitos determinados em lei, sob pena de vir a ser indeferida. O juiz indeferirá uma petição inicial na hipótese em que:
- A) examinar descabida exceção de incompetência do juízo
 - B) tiver conferido o prazo de dez dias sem que o autor a tenha emendado
 - C) verificar a dependência de julgamento de outra causa para o deslinde da questão
 - D) constatar a necessidade de produção de prova no juízo criminal para o julgamento da ação
 - E) receber requerimento incidental que tiver por pressuposto julgamento de questão de estado
54. A lei processual brasileira admite que, na hipótese de reconvenção, frente a uma respectiva situação de fato, o juiz tome a seguinte atitude:
- A) fixe o prazo de 10 dias para contestação
 - B) suspenda a reconvenção até julgamento definitivo da ação principal
 - C) prossiga com a reconvenção no caso de desistência da ação principal
 - D) encaminhe os autos ao Tribunal para julgamento prévio do pedido de reconvenção
 - E) admita a reconvenção do réu em face do autor, em caso de demanda em nome de outrem na ação principal
55. Não vale como confissão a admissão de fatos relativos a direitos caracterizados como:
- A) reais
 - B) do Estado
 - C) patrimoniais
 - D) obrigacionais
 - E) indisponíveis
56. Em sede de ação rescisória, o prazo para razões finais das partes é, em dias, de:
- A) 5
 - B) 10
 - C) 15
 - D) 20
 - E) 30
57. O agravo de instrumento é recurso que se ajusta ao seguinte prazo, em dias, e hipótese de decisão:
- A) 10 - que fixa alimentos provisórios
 - B) 10 - que não admite os embargos infringentes
 - C) 15 - que extingue processo sem exame de mérito
 - D) 5 - que condena o réu ao pagamento de danos morais
 - E) 10 - que julga extinto processo de cobrança contra a Fazenda Pública
58. Considere uma obrigação de fazer na qual o devedor tenha sido condenado a emitir declaração de vontade. Nesses casos, a sentença condenatória, desde que transitada em julgado, terá o poder de:
- A) condenar o herdeiro do devedor a prestar a obrigação sem pedido autoral
 - B) impor a prisão do réu ao devedor da obrigação de fazer não satisfeita
 - C) determinar que terceiro faça a obrigação sem pedido autoral
 - D) condenar o réu em perdas e danos sem pedido autoral
 - E) produzir todos os efeitos da declaração não emitida
59. O direito à remição deve ser exercido, entre a arrematação dos bens em leilão e a assinatura do auto, no seguinte prazo, em horas:
- A) 24
 - B) 36
 - C) 48
 - D) 60
 - E) 72
60. A ação rescisória é admitida quando verificada a seguinte situação em relação à decisão transitada em julgado:
- A) tiver sido extinto o processo por força de litispendência
 - B) tiver considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido
 - C) resultar de culpa da parte vencedora, em detrimento da parte vencida
 - D) for proposta pelo Procurador Geral da República em atuação como fiscal da lei
 - E) houver sido proferida por juiz mantido em julgamento de exceção de incompetência

ATENÇÃO

- O **caderno de questões** contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D, E), organizadas da seguinte forma:

de **01 a 08** - *Português*; de **09 a 16** - *Direito Administrativo*; de **17 a 24** - *Direito Constitucional*; de **25 a 32** - *Direito do Trabalho*; de **33 a 40** - *Direito Processual do Trabalho* ; de **41 a 50** - *Direito Civil*; de **51 a 60** - *Direito Processual Civil*;

1 (uma) questão dissertativa (redação) e 1 (uma) folha de rascunho.

- A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a transcrição do texto para a **folha de redação** da prova discursiva e a marcação do **cartão de respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.

INSTRUÇÕES

1. Ao receber o **caderno de questões**, verifique se o cargo para o qual se inscreveu, a numeração das questões e a paginação estão corretos.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. O **cartão de respostas** será o único documento válido para correção eletrônica. O preenchimento do **cartão de respostas** e sua respectiva assinatura, assim como a elaboração da redação, serão de sua inteira responsabilidade, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas neles contidas. Não haverá substituição de **cartão de respostas** ou da **folha de redação** por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **cartão de respostas**:
 - ✓ a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
 - ✓ outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **cartão de respostas**;
 - ✓ Será atribuída nota zero às questões:
 - não assinaladas;
 - com falta de nitidez;
 - com mais de uma alternativa assinalada;
 - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. Atenção. **Não** assine e nem faça qualquer tipo de marcação que possa identificar a **folha de redação**.
6. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização das provas, após 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início. Exemplares das provas serão disponibilizados para os candidatos, aleatoriamente, ao término da prova. Você só poderá levar o próprio exemplar da prova se deixar a sala faltando uma hora para o término do horário da prova.
8. Não será permitido, por motivo de segurança, fazer qualquer anotação durante a prova, nem mesmo de gabarito.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **cartão de respostas** e a **folha de redação**.
10. Ao terminar a prova, entregue o **cartão de respostas** e a **folha de redação**. Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!